

“Art. 29. O vencimento básico do Professor de Educação Básica I e II de que trata este artigo será proporcional ao número de horas semanais fixadas para o cargo, na forma do regulamento.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Professor da Educação Básica I e II que, por exigência curricular, cumprir carga horária semanal superior a 16 (dezesseis) horas-aula, receberá vencimento básico proporcional ao valor estabelecido na tabela da carreira.” (NR)

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/02/2014.

Monte Carmelo, 19 de Fevereiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Osmildo Moura
Secretário Municipal de Governo e Gestão



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 5364, 12 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares que especifica.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a MARIA APARECIDA ALVES, matrícula 50143, cargo de PEB-I, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, Licença para Tratar de Interesses Particulares, pelo período de 11/02/2014 até 09/02/2017, de acordo com o Art. 147, § 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 08 de 09 de dezembro de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 11/02/2014.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 12 de Fevereiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Osmildo Moura
Secretário Municipal de Governo e Gestão



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 5365, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014.

Faz nomeação que especifica.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear RENALDO DAVI MOREIRA, matrícula 11754, para o cargo de FUNÇÃO GRATIFICADA FG5, para compor o quadro de provimento comissionado, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/02/2014.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 12 de Fevereiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Osmildo Moura
Secretário Municipal de Governo e Gestão



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 5366, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014.

Faz exoneração que especifica.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido SIRLEI MARIA RODRIGUES PEREIRA, matrícula 438925, ocupante do cargo de CUIDADOR RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA FEMININO, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 10/02/2014.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 12 de Fevereiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Osmildo Moura
Secretário Municipal de Governo e Gestão



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 5367, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014.

Dá posse que especifica.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Empossar SIRLEI MARIA RODRIGUES PEREIRA, matrícula 438925, aprovado (a) em concurso público, conforme Edital 001/2011, para o cargo de provimento permanente de AUXILIAR DE LIMPEZA URBANA, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para compor o quadro permanente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 11/02/2014.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 12 de Fevereiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Osmildo Moura
Secretário Municipal de Governo e Gestão

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: PATRÍCIA MATIAS DIOGO

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

IMPRESSÃO: PREFEITURA MUNICIPAL MONTE CARMELO (34)3842-5880



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Órgão Oficial do Município

Dia 20 de Fevereiro de 2014
Lei nº 661 de 09 de abril de 2007

Ano VIII

Nº 683



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1147 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.

“Autoriza o Município de Monte Carmelo a celebrar convênio com a União Carmelitana de Esportes Especializados - UCEE” e dá outras providências.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar convênio com as entidades a seguir definidas: “União Carmelitana de Esportes Especializados – UCEE”, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 23.093.198/0001-09, visando o custeio de atividades relacionadas ao desporto no âmbito do município, bem como a participação em eventos esportivos que representem o município fora do seu território, com a “Liga Esportiva Carmelitana”, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 19.459.536/0001-06, visando o custeio das despesas com a realização de eventos esportivos de Futebol amador no Município de Monte Carmelo e com a “Associação Paranaíba de Motociclismo”, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no Ministério da Fazenda sob nº 10.574.828/0001-07, visando o custeio com a realização de eventos esportivos ligados ao motociclismo no município de Monte Carmelo.

Art. 2º - As despesas decorrentes das execuções destes convênios correrão à conta da dotação orçamentária própria vigente, suplementada se necessário até o limite da Lei Orçamentária Anual para o exercício do ano de 2014 (Dotação Orçamentária: 02.55.27.812.4075.2469.335043 – ficha: 484).

Art. 3º - As despesas que se refere ao artigo 2º fica condicionado à observância das disposições do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 19 de Fevereiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Osmildo Moura
Secretário Municipal de Governo e Gestão



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1148 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.

“Altera dispositivos da lei municipal nº 1.052/2013, de 11 de março de 2013 – que estabelece a estrutura administrativa e o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Monte Carmelo”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - O inciso I do Art. 9º da Lei Municipal nº 1.052/2013, de 11 de Março de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º - [...]

I – O Departamento de Contabilidade e Tesouraria, que tem sob a sua responsabilidade promover o registro contábil dos atos da Câmara Municipal, controle e manutenção de todo aparato de informática da Câmara, elaboração de relatórios gerenciais e organizar toda a movimentação financeira da Câmara Municipal, receber e despachar com o Presidente da Câmara sobre todos os assuntos internos e externos ligados à Câmara Municipal.”

Art. 2º - Fica criado o inciso III, no Art. 9º, da Lei Municipal nº 1.052/2013, de 11 de Março de 2013, que vigorará com a seguinte redação:

“Art. 9º - [...]

I – [...]

II – [...]

III – O Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, tem responsabilidade de garantir o recebimento, guarda, distribuição e controle de materiais e equipamentos adquiridos pela Câmara Municipal, com a responsabilidade da administração e controle do patrimônio municipal, constituído pelos bens móveis.”

Art. 3º - Fica criado no art. 3º da Lei Municipal nº 1.052/2013, de 11 de março de 2013, o item 8, no inciso II, letra “b”, ficando assim disposto:

“Art. 3º - [...]

I – [...]

II – [...]

.

.

.

.

d- Secretaria de Administração e Finanças
6 – Departamento de Contabilidade e Tesouraria
7 – Departamento de Compras e Licitações
8 – Departamento de Almoxarifado e Patrimônio”

Art. 4º - O Anexo I da Lei Municipal nº 1.052/2013, de 11 de Março de 2013- Relação de cargos de provimento efetivo - passa a vigorar com a redação a seguir, ficando **excluídos** os cargos de Motorista - CM-MOT, classe II; redução de um cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – CM-ASS, Classe I e redução de um cargo de Auxiliar de Secretaria II-CM-ASII, Classe IV.

§ 1º - O cargo de Técnico em Informática – CM-TI, passa a integrar a classe III de vencimentos, escolaridade mínima – nível médio, com jornada de trabalho de 40 horas semanais e recrutamento externo através de concurso público.

§ 2º - Fica criado o cargo de Recepcionista-CM-REC, Classe de vencimento II, escolaridade mínima nível médio, com jornada de trabalho de 40 horas semanais e recrutamento externo através de concurso público com as atribuições constantes do cargo no Anexo II da Lei Municipal 1.052/2013, de 11 de Março de 2013.

Art. 5º - Fica determinado que os cargos de Secretário de Administração e Finanças – Símbolo CM-C04; Supervisor de Compras e Licitações – CM-C05; Controle Interno – CM-C06, Procurador – CM-C01 e Diretor de Departamento CM-C03, constantes do Anexo III – Relação de Cargos de Provimento em Comissão, passarão a ser de **Provimento restrito** a servidores efetivos da Câmara Municipal de Monte Carmelo.

Art. 6º - Ficam **extintos** do Anexo III da Lei Municipal nº 1.052/2013, de 11 de Março de 2013, os cargos de Chefe de Gabinete da Presidência – CM-C07; Coordenador Geral da Assessoria Parlamentar – CM-C08, um cargo de Diretor de Departamento CM-C03.

Art. 7º - O artigo 42 da Lei 1.052/2013, de 11 de Março de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“O servidor nomeado para o exercício de cargo em comissão poderá optar pelo vencimento deste ou pelo padrão de vencimento de seu cargo efetivo, acrescido de 40%

(quarenta por cento), vedada a acumulação de um com o outro".

Art. 8º - As despesas desta Lei correrão a conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 19 de Fevereiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Osmildo Moura
Secretário Municipal de Governo e Gestão

Denominação	Símbolo	Nº Cargos	Classe
Auxiliar de Serviços Gerais	CM-ASS	02	I
Recepcionista	CM-REC	01	II
Técnico em Informática	CM-TI	01	III
Auxiliar de Secretaria I	CM-AS I	01	IV
Auxiliar de Secretaria II	CM-AS II	01	IV
Auxiliar de Comunicação e Cerimonial	CM-ACC	01	IV
Técnico de Contabilidade	CM-TC	01	V
Técnico- Legislativo	CM-TL	01	VI

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

9 – RECEPCIONISTA

DESCRIÇÃO: Recepcionar o público externo, atuar nas diversas atividades inerentes à área administrativa da Câmara Municipal, desempenhando atividades relacionadas às competências da unidade onde estiver lotado e compatíveis com o seu grau de instrução e auxiliar nas reuniões ordinárias, extraordinárias e solenes e na organização dos eventos científicos e culturais, execução de serviços auxiliares.

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS:

- Atender ao público em geral que procure a Câmara Municipal de Monte Carmelo, catalogando e controlando o cadastro de visitantes, inclusive nas sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais.
- Receber e enviar as correspondências da Câmara Municipal; seleção e controle de documentos e correspondências oficiais.
- Atendimento telefônico.
- Execução de sistema de protocolo.
- Recepcionar e representar a instituição em eventos e programações institucionais.
- Executar outras tarefas que se incluam, por similaridade, no mesmo campo de atuação.
- Redação, recebimento e encaminhamento de ofícios.
- Desempenhar nas sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais, funções de baixa complexidade, mediante designação da autoridade superior.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino de nível Médio.

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

RECRUTAMENTO: Externo, no mercado de trabalho, mediante concurso público.

ANEXO III RELAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO			
ÓRGÃO: PROCURADORIA			
Denominação	Símbolo	Quantidade	Vencimento
Procurador	CM-C01	01	R\$ 3.745,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL			
Denominação	Símbolo	Quantidade	Vencimento
Diretor Geral	CM-C02	01	R\$ 3.852,00
Diretor de Departamento	CM-C03	01	R\$ 2.500,00

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Denominação	Símbolo	Quantidade	Vencimento
Secretário de Administração e Finanças	CM-C04	01	R\$ 3.745,00
Supervisor de Compras e Licitação	CM-C05	01	R\$ 3.745,00

ÓRGÃO: CONTROLE INTERNO			
Denominação	Símbolo	Quantidade	Vencimento
Controlador Interno	CM-C06	01	R\$ 3.745,00

GABINETES DE VEREADORES /DENOMINAÇÃO ÚNICA: ASSESSOR PARLAMENTAR			
Símbolo	Quantidade por Gabinete	Quantidade Total	Vencimento
ASP-1	01	09	R\$ 1.605,00
ASP-2	01	09	R\$ 1.926,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1149 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.

“Cria 03 (três) cargos de provimento efetivo denominado “Professor de Educação Básica II – Educação Física” e dá outras providências”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado na estrutura de cargos e carreiras da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, o seguinte cargo de provimento efetivo:

DENOMINAÇÃO:	NÍVEL:	GH:
Professor de Educação Básica	II	V
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES: Regência efetiva da atividade, área de estudo ou disciplina com o aluno; elaboração de programa e planos de trabalho; controle e avaliação do rendimento escolar; recuperação dos alunos; reuniões; <u>auto aperfeiçoamento</u> ; pesquisa educacional e cooperação no âmbito da escola, para aprimoramento tanto do processo ensino-aprendizagem como da ação educacional; participação ativa na vida comunitária da escola.		
ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA: Ensino superior completo em Educação Física – licenciatura plena.		
VENCIMENTO BÁSICO: R\$ 8,79 (oito reais e setenta e nove centavos)hora aula.		
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 24hs (vinte e quatro horas)		
NÚMERO DE VAGAS: 03 (três)		

Art. 2º A criação dos cargos prevista nesta Lei é condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 19 de Fevereiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Osmildo Moura
Secretário Municipal de Governo e Gestão



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1150 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.

“Autoriza o Município de Monte Carmelo a celebrar convênio com o “MONCCA - Movimento Negro Cultural Carmelitano” e dá outras providências.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar convênio com o “MONCCA - Movimento Negro Cultural Carmelitano”, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no Ministério da Fazenda sob o n.º 03.143.269/0001-15, visando o repasse de verbas para realização do Carnaval 2014 pelas escolas de samba do Município.

Art. 2º - O Município fica autorizado a doar ao “MONCCA - Movimento Negro Cultural Carmelitano”, o importe de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) com vistas à realização do Carnaval 2014, pelas escolas de samba da cidade.

Art. 3º - A doação a que se refere o artigo 2º fica condicionada à observância das disposições do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 19 de Fevereiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Osmildo Moura
Secretário Municipal de Governo e Gestão



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1151 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.

“Autoriza o Município de Monte Carmelo a celebrar convênio com o “MONCCA - Movimento Negro Cultural Carmelitano” e dá outras providências.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar convênio com o “MONCCA - Movimento Negro Cultural Carmelitano”, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no Ministério da Fazenda sob o n.º 03.143.269/0001-15, visando o repasse de verbas para realização de projeto de inclusão digital de crianças e adolescentes em situação de risco social.

Art. 2º - O Município fica autorizado a doar ao “MONCCA - Movimento Negro Cultural Carmelitano”, o importe de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais) com vistas à realização de projeto de inclusão digital de crianças e adolescentes em situação de risco social.

Art. 3º - A doação a que se refere o artigo 2º fica condicionada à observância das disposições do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 4º - O anexo Projeto de Inclusão Digital no Centro de Aprendizagem

do Movimento Negro Cultural Carmelitano fica fazendo parte integrante desta lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 19 de Fevereiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Osmildo Moura
Secretário Municipal de Governo e Gestão



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1152 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.

“Altera os artigos 28 e 29 da Lei n.º 846 de 28 de dezembro de 2009, relativos à jornada de trabalho dos Profissionais da Educação Básica e dá outras providências”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei altera os artigos 28 e 29 da Lei n.º 846 de 28 de dezembro de 2009, relativos à jornada de trabalho dos Profissionais da Educação Básica e dá outras providências.

Art. 2º - O art. 28 da Lei n.º 846, de 28 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. (...)

II - 24 (vinte e quatro) horas para as carreiras de Professor da Educação Básica I, sendo 16 (dezesseis) horas-aula na regência de classe (Módulo I) e 8 (oito) horas de atividades extraclasse (Módulo II);

III - 24 (vinte e quatro) horas para a carreira de Professor da Educação Básica II, sendo 16 (dezesseis) horas-aula na regência de classe (Módulo I) e 08 (oito) horas em atividades extraclasse (Módulo II).” (NR).

“§ 3º Compreende-se por atividade extraclasse: a elaboração de programas e planos de trabalhos, controle e avaliação do rendimento escolar, reuniões, autoaperfeiçoamento, pesquisa educacional, cooperação no âmbito da escola para aprimoramento tanto do processo ensino-aprendizagem como da ação educacional e participação na vida comunitária da escola.

§ 4º Da carga horária referente ao Módulo II, 02 (duas) horas deverão ser cumpridas no desenvolvimento de reuniões administrativo-pedagógicas, dentro da unidade de ensino, e outras 02 (duas) horas em cursos de capacitação na área docente, ou em local de livre escolha do professor, não havendo tais cursos.

§ 5º O restante da carga horária necessária à complementação do Módulo II será cumprida em local de livre escolha do professor.

§ 6º O detentor de dois cargos de professor na rede de ensino municipal deverá cumprir a carga horária mencionada no § 4º em ambos os cargos.

§ 7º O professor que assumir horas-aula em número superior a dezesseis, cumprirá o Módulo II conforme o §4º, ressalvado o direito de complementar a carga do mencionado módulo na forma do § 5º.”

Art. 3º - O art. 29 da Lei n.º 846 de 28 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação: